

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo veio a público, num documento contendo uma proposta de portaria enviado à Câmara Municipal de Peniche, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) pretende fixar, a partir do próximo dia 15 de julho, um número limite de 600 pessoas por dia com autorização para visitar as Berlengas.

As notícias adiantam que, na proposta de portaria enviada à Câmara de Peniche, são fixados em três o número máximo de desembarques diários na ilha, por parte das embarcações que asseguram o transporte entre Peniche e as Berlengas. Segundo as mesmas notícias, será também pretensão do ICNF que a estas pessoas seja cobrada uma taxa de acesso que reverterá a favor do Instituto. Porém, a Câmara Municipal de Peniche, pela voz do seu presidente António Correia, já veio manifestar a sua oposição ao pagamento de qualquer taxa de acesso às ilhas.

O ICNF justifica estas decisões com a "fragilidade dos ecossistemas insulares" da Reserva Natural das Berlengas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente, as seguintes perguntas:

1. O Ministério do Ambiente confirma o teor destas notícias veiculadas pela Comunicação Social?
2. É pretensão deste Ministério iniciar a cobrança de taxas de acesso às Berlengas?
3. Considera o MA que a cobrança de taxas para acesso a áreas públicas protegidas é uma política que deva ser generalizada?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 7 de Julho de 2016

Deputado(a)s

HEITOR DE SOUSA(BE)

PEDRO SOARES(BE)

CARLOS MATIAS(BE)